



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

MOÇÃO Nº 23 /2021

PROTOCOLADO SOB Nº 5649 /2021

EM 15 / 07 / 21

EXPEDIENTE			ATA
ACEITO EM	/	/2021	
APROVADO EM	/	/2021	
REJEITADO EM	/	/2021	
ARQUIVO			

**URGENTE**

As vereadoras e os vereadores que esta subscrevem solicitam que, depois de ouvida a Casa e com a devida aprovação em Plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Prefeito do município do Rio Grande, Fábio Branco, a seguinte MOÇÃO:

**MOÇÃO DE APOIO À REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS DAS SERVIDORAS PÚBLICAS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.**

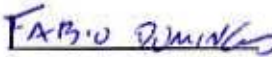
Rio Grande, 13 de Julho de 2021.


  
Professora Denise  
Vereadora do PT

Professora Diaculara  
Vereadora do MDB


Vavá  
Vereador do MDB

  
Rogério Gomes  
Vereador do CIDADANIA


  
Fabinho  
Vereador do PSD

  
Regininha  
Vereadora do PT

Júlio César Pereira da  
Silva  
Vereador do MDB

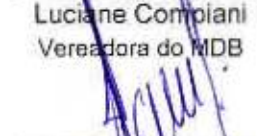
  
Giovani Moraes  
Vereador do PATRIOTA

Lary  
Vereador do CIDADANIA

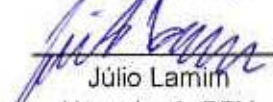
  
Repolininho  
Vereador do PSDB


  
Rafael Missiunas  
Vereador do PT

Luciane Compiant  
Vereadora do MDB

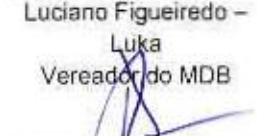
  
Miguel Degan  
Vereador do PATRIOTA

Paulo Roldão  
Vereador do REPUBLICANOS

  
Júlio Lamin  
Vereador do DEM

  
Rovam Castro  
Vereador do PT

Luciano Figueiredo -  
Luka  
Vereador do MDB

  
Juquinha  
Vereador do PSB

  
Nilton Machado  
Vereador do REPUBLICANOS

  
Sgt. Rodrigues  
Vereador do PROGRESSISTAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

MOÇÃO Nº \_\_\_\_/2021

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_/2021

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

EXPEDIENTE			ATA
ACEITO EM	/	/2021	
APROVADO EM	/	/2021	
REJEITADO EM	/	/2021	
ARQUIVO			

**JUSTIFICATIVA:** A Câmara Municipal do Rio Grande, através das vereadoras e dos vereadores signatários, vem, na forma regimental, apresentar esta **Moção de Apoio** à reivindicação das servidoras públicas e dos servidores públicos do Poder Executivo do Município do Rio Grande pela reposição das perdas inflacionárias de seus salários, com amparo nas razões abaixo coadunadas:

- I. De acordo com o INPC, a inflação acumulada entre a última revisão geral anual da remuneração do servidor e da servidora pública municipal, no mês de janeiro de 2020, e o mês de junho de 2021 chega a 9,614%. A categoria perdeu, portanto, quase 10% do seu poder aquisitivo;
- II. Não conceder a inflação fere a previsão constitucional de irredutibilidade salarial, pois negar este repasse possui o mesmo efeito prático da redução;
- III. No mesmo recorte temporal, o preço da Cesta Básica - calculado pelo Dieese com base nos custos médios da capital - aumentou de R\$ 502,98 para R\$ 642,31; o equivalente a 27,70%. Cabe lembrar que os alimentos têm um peso maior no orçamento daqueles que ganham menos.
- IV. Apesar de a LC 173 - aprovada pelo Congresso - vetar reajustes, o texto não menciona reposição salarial e já existem casos concretos de concessão desde a sua promulgação;
- V. Cabe aludir ao grave momento que atravessamos, que inclui despesas extras com a saúde e evidencia a importância da renda dos servidores e servidoras para o sustento familiar em um período de crise e desemprego, bem como para fazer girar o comércio local e a economia dos municípios;
- VI. Outrossim, esta é uma categoria que desde o início da pandemia tem sido submetida à maior risco no desempenho de atividades presenciais e, quando no trabalho remoto, utilizando equipamentos pessoais e pagando Internet e luz com os próprios recursos para não deixar desassistidos os munícipes que dependem do serviço público municipal;